

# SUMÁRIO

## CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

– Índice Sistemático da CF .....	11
– Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .....	15
– Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	87

## CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

– Índice Sistemático da CLT .....	113
– Consolidação das Leis do Trabalho .....	119

## CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

– Índice Sistemático do CPC de 2015 .....	325
– Código de Processo Civil de 2015 .....	335
– Índice Alfabético-Remissivo do CPC (Lei 13.105/2015) .....	441

## CC – CÓDIGO CIVIL

– Código Civil de 2002 (Excertos) .....	467
---	-----

## LINDB – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

– Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	493
--	-----

## CP – CÓDIGO PENAL

– Código Penal (Excertos).....	499
--------------------------------	-----

## CPP – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

– Código de Processo Penal (Excertos).....	507
--	-----

**CDC – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

- Índice Sistemático do CDC .....	511
- Código de Defesa do Consumidor .....	513

**LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR**

- Índice Cronológico da Legislação Complementar .....	529
- Legislação Complementar .....	543
- Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho – TST .....	1311

**SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM MATÉRIA TRABALHISTA**

- Índice das Súmulas dos Tribunais Superiores em Matéria Trabalhista .....	1347
- Súmulas Vinculantes do STF.....	1349
- Súmulas do STF em Matéria Trabalhista .....	1351
- Súmulas do STJ em Matéria Trabalhista .....	1354
- Súmulas da Jurisprudência Uniforme do TST.....	1357
- Orientações Jurisprudenciais do TST	
– Tribunal Pleno.....	1395
– SBDI-1.....	1397
– SBDI-1 – Transitória .....	1426
– SBDI-2.....	1432
– SDC.....	1446
- Precedentes Normativos do TST .....	1449
- Índice Alfabético-Remissivo Geral – CLT • CF • CPC/2015 • CC• CP • CDC • CPP • Súmulas • OJs • PNs • Legislação .....	1457
- Índice Cronológico da Legislação Complementar – Consulta Rápida .....	1557

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

## LEIS

Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 – Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos .....	543	Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 – Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores .....	551
• Regulamento: Decreto nº 10.854/2021		• Regulamento: Lei nº 4.749/1965 e Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados .....	544	Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963 – Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências .....	551
• Regulamento: Lei 5.584/1970		Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Excertos) – Lei do Serviço Militar .....	552
Lei nº 1.408, de 9 de agosto de 1951 – Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências .....	546	Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964 – Regula a profissão de corretor de seguros .....	553
Lei nº 2.757, de 23 de abril de 1956 – Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais .....	546	Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965 – Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências .....	554
Lei nº 2.959, de 17 de novembro de 1956 – Altera o Dec-lei nº 5.452, de 01/05/32 (CLT), e dispõe sobre os contratos por obra ou serviço certo .....	547	Lei nº 4.739, de 15 de julho de 1965 – Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências .....	555
Lei nº 3.030, de 19 de dezembro de 1956 – Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparada pelo próprio empregador .....	547	Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965 – Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 .....	551
Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957 – Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas .....	547	• Lei regulamentada: Lei nº 4.090/1962	
Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960 (Excertos) – Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências .....	548	• Regulamento: Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961 – Altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas .....	550	Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965 – Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências .....	556
		Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965 – Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos .....	558
		Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 – Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências .....	558
		Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966 – Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados	562

em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.....	564	Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979 (Excertos) – Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.....	584
Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970 – Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências .....		Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências..	585
• Lei regulamentada: Lei 1.060/1950			
Lei nº 5.725, de 27 de outubro de 1971 – Estabelece a permissão do desconto no salário do empregado de prestações relativas ao financiamento para aquisição de unidade habitacional, no Sistema Financeiro da Habitação.....	569	Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980 – Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....	589
Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Excertos) – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências .....	569	• Regulamentada pelo Decreto nº 85.845/1981	
• Regulamento: Lei 12.690/2012.			
Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972 – Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos .....	572	Lei nº 6.868, de 3 de dezembro de 1980 – Dispensa a apresentação dos documentos que especifica, e dá outras providências.....	590
Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973 – Estatui normas reguladoras do trabalho rural.....	573	Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências.....	590
• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021		• Regulamentada pelo Decreto nº 89.531/1984	
Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 – Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.....	575	Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 – Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.....	592
Lei nº 6.224, de 14 de julho de 1975 – Regula o exercício da profissão de propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos, e dá outras providências.....	577	Lei nº 7.002, de 14 de junho de 1982 – Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados, e dá outras providências.....	593
Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 – Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.....	578	Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982 – Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior .....	593
Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões, e dá outras providências.....	579	• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
Lei nº 6.586, de 6 de novembro de 1978 – Classifica o comerciante ambulante para fins trabalhistas e previdenciários.....	581	Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 (Excertos) – Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.....	595
Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista e dá outras providências.....	582	Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 – Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.....	597
Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979 – Equipara no tocante à Previdência Social urbana, os ministros de confissão religiosa e os membros de institutos de vida consagrada, congregação ou ordem religiosa aos trabalhadores autônomos e dá outras providências.....	584	Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984 – Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e revoga dispositivos do decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983 .....	597
		Lei nº 7.290, de 19 de dezembro de 1984 – Define a atividade do Transportador Rodoviário Autônomo de Bens e dá outras providências.....	598
		Lei nº 7.316, de 28 de maio de 1985 – Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.....	598
		Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens	

e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.....	598	Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 – Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	627
Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985 – Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras providências.....	600	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.....	628
Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985 – Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.....	601	Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.....	648
Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985 – Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências .....	604	Lei nº 8.073, de 30 de julho de 1990 – Estabelece a Política Nacional de Salários e dá outras providências .....	649
• Regulamentada pelo Decreto nº 92.790/1986		Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991 – Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências .....	649
Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 – Institui o vale-transporte e dá outras providências .....	605	Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991 (Excertos) – Estabelece regras sobre preços e salários, e dá outras providências.....	653
• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021		Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências .....	655
Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.....	606	Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.....	674
Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987 – Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	610	Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991 – Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências .....	696
Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 – Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências.....	610	Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992 – Dispõe sobre a publicação de informações relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal.....	698
Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 – Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras provisões .....	612	Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992 – Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.....	698
Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.....	613	Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992 – Dispõe sobre a política nacional de salários .....	699
Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 – Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.....	615	Lei nº 8.632, de 4 de março de 1993 – Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política.....	699
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências .....	616	Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras provisões .....	704
• Regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999		Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993 – Dispõe sobre a concessão de benefício no pagamento da modalidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista no art. 20, inciso VIII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências .....	707
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 – Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.....	622	Lei nº 8.716, de 11 de outubro de 1993 – Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras provisões.....	707
Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 – Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....	626	Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art.	531

37 da Constituição Federal, e dá outras providências.....	707	Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998 – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.....	748
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS .....	710	Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.....	749
Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994 – Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.....	710	Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.....	749
Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994 – Fixa a jornada de trabalho dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.....	712	Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Excertos) – Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.....	751
Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Excertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) .....	712	Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências .....	762
Lei nº 8.984, de 7 de fevereiro de 1995 – Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).....	715	Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 – Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física .....	763
Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.....	715	Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998 – Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras provisões .....	765
Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995 – Dispõe sobre feriados .....	716	Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998 – Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.....	766
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial .....	716	Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999 – Permite às partes a utilização de sistemas de transmissão de dados para a prática de atos processuais .....	851
Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Dispõe sobre a arbitragem.....	734	Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.....	852
Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.....	741	Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000 – Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências .....	853
Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 – Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.....	744	Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências ..	854
Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.....	746	Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000 – Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências ..	855
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Excertos) – Estabelece normas para as eleições .....	746	Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 – Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.....	857
Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.....	747	Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001 – Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.....	858
		Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências .....	858

Lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002 – Autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.....	867	sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.....	916
Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002 – Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nº 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências.....	867	Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006 – Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.....	917
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Exertos) – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências .....	868	Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências .....	952
Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003 (Exertos) – Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências .....	870	Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.....	953
Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.....		• Regulamentada pelo Decreto nº 8.424/2015	
Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003 – Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo ..	874	Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007 – Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia.....	955
Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.....	874	Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007 – Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências....	956
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Exertos) – Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.....		Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008 – Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.....	962
Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 – Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004; e dá outras providências....	879	Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008 – Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências....	963
Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.....	880	Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008 – Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.....	975
Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006 – Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.....	883	Lei nº 11.760, de 31 de julho de 2008 – Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo.....	975
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Exertos) – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção	916	Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 – Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 .....	976
		• Regulamentada pelo Decreto nº 10.854/2021	
		Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de	

maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.....	Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier.....	990
976	Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 – Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.....	990
979	Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011 – Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.....	990
980	Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012 – Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício .....	991
981	Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012 – Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador .....	991
981	Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 .....	569
	• Lei regulamentada: Lei 5.074/1971.	
981	Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciário .....	994
983	Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.....	994
984	Lei nº 12.886, de 14 de junho de 2013 – Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS – destinados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal .....	
985	Lei nº 12.278, de 30 de junho de 2010 – Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS – destinados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal .....	
985	Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Excertos) – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.....	
986	Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010 – Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito ..	
987	Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	
988	Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 – Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.....	
988	Lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids .....	1007
988	Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 – Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.....	1007
989	Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 – Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a	

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.....	Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016 – Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.....	1047
• Regulamentada pelo Decreto nº 8.433/2015	Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016 – Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.....	1050
Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 – Altera as Leis 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis 7.859, de 25 de outubro de 1989, e 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.....	Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016 – Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.....	1057
Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015 – Altera as Leis 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.876, de 2 de junho de 2004, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências .....	Lei nº 13.363, de 25 de novembro de 2016 – Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.....	1057
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997.....	Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 – Altera as Leis nºs 9.394, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20.06.2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral .....	1059
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Exertos) – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ...	Lei nº 13.419, de 13 de março de 2017 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio, entre empregados, da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.....	1061
Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva – LOTEX; altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nos 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória no 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.....	Lei nº 13.420, de 13 de março de 2017 – Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências .....	1061
Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015 – Institui o Programa Seguro-Emprego – PSE .....	Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 – Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.....	1069

Lei nº 13.432, de 11 de abril de 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.....	1070	a movimentação das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e sobre a devolução de recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alterar disposições sobre as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e extinguir a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa .....	1127
Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017 – Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta; e revoga a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984 .....	1071		
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975 ...	1079	Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 – Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 .....	1129
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) .....	1082	Lei nº 13.985, de 7 de abril de 2020 – Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	1134
Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 – Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008 .....	1102	Lei nº 13.997, de 6 de maio de 2020 – Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	1135
Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019 – Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.....	1108	Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)...	1135
Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 – Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.....	1109	Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 – Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.....	1136
Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019 – Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.019, de 11 de abril de 1990, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, dispor sobre		Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.....	1143
		Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020 – Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências .....	1143
		Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020 – Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de	1143

2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001 .....	1146	gênci a em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19 .....	1269
Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020 – Altera as Leis nºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extra-judicial e à falência do empresário e da sociedade empresária.....	1151	Lei nº 14.311, de 9 de março de 2022 – Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-CoV-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica .....	1270
Lei nº 14.128, de 26 de março de 2021 – Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 .....	1167	Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022 – Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011 .....	1281
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Excertos) – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	1168	Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Excertos) – Institui a Lei Geral do Esporte.....	1285
Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021 – Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus .....	1171	Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 (Excertos) – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nos 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nos 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.....	1296
Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021 – Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação social mediada por meio de videoconferência; e dá outras providências .....	1172	Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 – Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.....	1296
Lei nº 14.179, de 30 de junho de 2021 – Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e para mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19; e revoga dispositivos das Leis nos 8.870, de 15 de abril de 1994, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).....	1175	Lei nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 – Cria o selo Empresa Amiga da Mulher .....	1297
Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022 – Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 .....	1268	Lei nº 14.683, de 20 de setembro de 2023 – Institui o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.....	1298
Lei nº 14.297, de 5 de janeiro de 2022 – Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emer-	1300	Lei nº 14.725, de 16 de novembro de 2023 – Regula a profissão de sanitarista .....	1298
		Lei nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023 – Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte) .....	1299
		Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024 – Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRúa).....	1300

Lei nº 14.824, de 20 de março de 2024 – Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 .....

Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024 – Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental e estabelece os requisitos para a concessão da certificação.....

## LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 – Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.....

Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970 – Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.....

Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975 – Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) .....

Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 (Excertos) – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União...

Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000 – Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.....

Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 – Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências .....

• Regulamentada pelo Decreto nº 3.914/2001

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999 .....

Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014 – Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho .....

Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 – Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei 8.213, de 24

de julho de 1991, a Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências ...

1015

1304 Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016 – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 .....

1056

## DECRETOS

567 Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977 – Regulamenta a Residência Médica, cria a Comissão Nacional de Residência Médica e dá outras providências .....

593

568 Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981 – Regulamenta a Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.....

589

• Lei regulamentada: Lei 6.858/1980

701 Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984 – Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências .....

591

• Lei regulamentada: Lei 6.888/1980.

853 Decreto nº 92.530, de 9 de abril de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências .....

604

• Lei regulamentada: Lei 7.410/1985

859 Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986 – Regulamenta a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências .....

601

• Lei regulamentada: Lei 7.394/1985

922 Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987 – Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências.....

608

Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990 – Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) .....

639

1008 Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição .....

716

Decreto nº 2.067, de 12 de novembro de 1996 – Promulga o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa.....

738

Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.....	767	sional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, do Conselho Mercado Comum, firma- da na XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003 .....	1093
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Ex- certos) – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras pro- vidências.....	618	Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (Excertos) – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adoles- cente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fun- do Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.....	1096
• Lei regulamentada: Lei 7.853/1989			
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001 – Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.....	861	Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 (Excertos) – Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil .....	1119
Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 – Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho....	863	Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021– Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.....	1252
Decreto nº 4.840, de 17 de setembro de 2003 – Regu- lamenta a Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.....	877	Decreto nº 11.034, de 5 de abril de 2022 – Re- gulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor.....	1270
Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004 – Regu- lamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.....	647	Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023 – Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024 .....	1299
Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008 – Regu- lamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Conven- ção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua elimina- ção, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.....	964	<b>DECRETO-LEI</b>	
Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015 – Re- gulamenta a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de de- feso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente .....	871	Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasilei- ro.....	493
Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015 – Resta- belece as alíquotas da Contribuição para o PIS/ PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas su-jeitas ao regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.....	1009	Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946 – Regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas .....	607
Decreto nº 8.433, de 16 de abril de 2015 – Dis- põe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei 13.103, de 2 de março de 2015.....	1012	• Lei regulamentada: Lei 7.498/1986	
Decreto nº 8.989, de 14 de fevereiro de 2017 – Altera o Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolida- do do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para dispor sobre normas regulamentares do saque da conta vinculada do referido Fundo ..	1059	Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 (Ex- certos) – Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências ..	565
Decreto nº 9.499, de 10 de setembro de 2018 – Promulga o Mecanismo para o Exercício Profis-		Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968 – Dispõe sobre efeitos de débitos salariais e dá outras providências.....	566
		Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969 (Ex- certos) – Dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pú- blica, e dá outras providências.....	566
		Decreto-lei nº 691, de 18 de julho de 1969 – Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de téc- nicos estrangeiros, com estipulação de pagamen- to de salários em moeda estrangeira, de diversas	566

disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências .....

567

Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969 – Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica....

## ATOS

Ato TST nº 491, de 23 de setembro de 2014 – Aplicação da Lei nº 13.015/2014.....

1008

Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 1, de 4 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Plataforma Tecnológica do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judicárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão) .....

1049

Ato Conjunto TST e CSJT e CGJT nº 34, de 17 de agosto de 2021 – Regulamenta os procedimentos para a realização de audiências de conciliação em processos que tramitam em grau de recurso no Tribunal Superior do Trabalho.....

1176

ATO SEGJUD.GP nº 366, de 15 de julho de 2024 – Divulga os novos valores referentes aos limites de depósito recursal previstos no artigo 899 da CLT .....

1309

## PORTRARIAS

Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021 – Aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes.....

1177

Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 – Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.....

1192

Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021 – Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências.....

1232

## PORTRARIAS CONJUNTAS

Portaria Conjunta SEPRT/RFB nº 71, de 29 de junho de 2021 – Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo nº 19964.107809/2021-34).....

1174

## INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa TST nº 3, de 5 de março de 1993 – Interpreta o art. 8º da Lei nº 8.542, de 23/12/92 (DOU de 24/12/1992), que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho e a Lei nº 12.275, de 29 de junho de 2010, que altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce o § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 .....

699

Instrução Normativa TST nº 8, de 22 de agosto de 1996 – Uniformiza a interpretação das normas legais aplicáveis às eleições para os cargos de direção e de substituição dos Tribunais do Trabalho .....

734

Instrução Normativa TST nº 10, de 20 de março de 1997 – Uniformiza procedimentos a serem adotados relativamente às contribuições previdenciárias dos representantes classistas .....

742

Instrução Normativa TST nº 12, de 12 de junho de 1997 – Estabelece procedimentos para a habilitação e o provimento de cargos da magistratura classista temporária de 1ª e 2ª instâncias da Justiça do Trabalho e dá outras providências .....

743

Instrução Normativa TST nº 13, de 9 de outubro de 1997 – Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço aos representantes classistas da Justiça do Trabalho e dá outras providências ..

747

Instrução Normativa TST nº 16, de 3 de setembro de 1999 – Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação a agravo de instrumento.....

851

Instrução Normativa TST nº 17, de 17 de dezembro de 1999 – Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação ao recurso de revista.....

852

Instrução Normativa TST nº 18, de 17 de dezembro de 1999 – Dispõe sobre a comprovação do depósito recursal na Justiça do Trabalho .....

853

Instrução Normativa TST nº 19, de 27 de abril de 2000 – Aprova normas relativas à inserção de tema na Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.....

853

Instrução Normativa TST nº 20, de 7 de novembro de 2002 – Dispõe sobre os procedimentos para o recolhimento de custas e emolumentos devidos à União no âmbito da Justiça do Trabalho.....

862

Instrução Normativa TST nº 24, de 2 de outubro de 2003 – Dispõe sobre a faculdade de o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho designar audiência prévia de conciliação, no caso de pedido de efeito suspensivo a recurso ordinário interposto à decisão normativa da Justiça do Trabalho .....

870

Instrução Normativa TST nº 27, de 16 de fevereiro de 2005 – Dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004 .....	915	Instrução Normativa nº TST 41, de 21 de junho de 2018 – Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.....	1081
Instrução Normativa TST nº 29, de 4 de agosto de 2005 – Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos em que é parte pessoa portadora de deficiência .....	915	Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021 – Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).....	1154
Instrução Normativa TST nº 30, de 13 de setembro de 2007 – Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho, a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.....	956	Instrução Normativa MTP nº 2, de 8 de novembro de 2021 (Excertos) – Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Auditoria-Fiscal do Trabalho nas situações elencadas .....	1251
Instrução Normativa TST nº 31, de 27 de setembro de 2007 – Regulamenta a forma de realização do depósito prévio em ação rescisória de que trata o art. 836 da CLT, com redação dada pela Lei nº 11.495, de 22 de junho de 2007.....	959	<b>RESOLUÇÕES</b>	
Instrução Normativa TST nº 32, de 19 de dezembro de 2007 – Uniformiza procedimentos para a expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências.....	961	Resolução Administrativa TST nº 1.276, de 22 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a criação, composição e competência do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, e sobre a competência do Tribunal Pleno.....	960
Instrução Normativa TST nº 34, de 16 de novembro de 2009 – Dispõe sobre a guia a ser utilizada, na Justiça do Trabalho, para o recolhimento do depósito prévio destinado à propostura de ação anulatória de débito fiscal resultante de penalidade administrativa imposta por autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego .....	984	Resolução Administrativa TST nº 1.340, de 1º de junho de 2009 – Referenda ato da Presidência que autoriza o Presidente do Tribunal a decidir, monocraticamente, os agravos de instrumento em recurso de revista e os recursos de revista pendentes de distribuição, nas hipóteses que especifica.....	980
Instrução Normativa TST nº 36, de 14 de novembro de 2012 – Regulamenta, na Justiça do Trabalho, o acolhimento e o levantamento de depósitos judiciais .....	992	Resolução Administrativa TST nº 1.418, de 30 de agosto de 2010 – Regulamenta o processamento do Agravo de Instrumento interposto de despacho que negar seguimento a recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho .....	987
Instrução Normativa TST nº 38, de 10 de novembro de 2015 – Regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos repetitivos à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho repetitivos.....	1042	Resolução CGES nº 1, de 20 de fevereiro de 2015 – Dispõe sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).....	1008
Instrução Normativa TST nº 39, de 15 de março de 2016 – Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva .....	1047	Resolução nº 525, de 29 de abril de 2015 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – Dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motociclista profissional de que trata os artigos 67-A, 67-C e 67-E, incluídos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, pela Lei 13.103, de 02 de março de 2015, e dá outras providências.....	1012
Instrução Normativa TST nº 40, de 15 de março de 2016 – Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências .....	1049	Resolução nº 2, de 21 de julho de 2015, do Comitê do Programa de Proteção ao Emprego – CPPE – Estabelece regras e procedimentos para a adesão e o funcionamento do Programa de Proteção ao Emprego – PPE.....	1036
		Resolução CCFGTS nº 780, de 24 de setembro de 2015 – Regulamenta a inclusão do empregado doméstico no FGTS na forma da Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015 .....	1042

<p>Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.....</p> <p>Resolução nº 174, de 30 de setembro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista e dá outras providências.....</p> <p>Resolução Administrativa nº 1.860, de 28 de novembro de 2016, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Regulamenta o julgamento em ambiente eletrônico, por meio do Plenário Virtual, em todos os órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....</p> <p>Resolução nº 185, de 24 de março de 2017, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – Dispõe sobre a padronização do uso, governança, infraestrutura e gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho e dá outras providências.....</p> <p>Resolução Administrativa nº 1.889, de 17 de abril de 2017, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – Referenda o ATO TST.GP. Nº 101, de 9 de março de 2017, praticado pela Presidência do Tribunal, altera a Resolução Administrativa nº 1860, de 28/11/2016, que regulamenta o julgamento em ambiente eletrônico, por meio do Plenário Virtual, em todos os órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....</p> <p>Resolução Administrativa TST nº 2.048, de 17 de dezembro de 2018 – Altera as Instruções Norma-</p>	<p>tivas nºs 3, 20, 31 e 36 e revoga as Instruções Normativas nºs 15 e 26.....</p> <p>Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019 – Institui, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária AJ/JT, destinado ao cadastro e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento desses profissionais nas situações em que prestarem a assistência à custa do orçamento da União, e dá outras providências .....</p> <p>Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020 – CNJ – Dispõe sobre o “Juízo 100% Digital” e dá outras providências.....</p> <p>Resolução nº 354, de 19 de novembro de 2020 – CNJ – Dispõe sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial e dá outras provi-dências .....</p> <p>Resolução CSJT nº 288, de 19 de março de 2021 – Dispõe sobre a estruturação e os procedimentos dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho – CEJUSCJT, altera a Resolução CSJT nº 174/2016 e dá outras providências.....</p> <p>Resolução nº 957, de 21 de setembro de 2022 – CO-DEFAT – Dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego, nos termos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, do §1º do art. 26 da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015 e da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.....</p>
1051	1101
1052	1112
1058	1148
1061	1149
1061	1162
1070	1272
<b>REGIMENTO INTERNO DO TST</b>	
Resolução Administrativa 1.937/2017 .....	
1311	
<b>PROVIMENTO</b>	
Provimento CFOAB nº 204, de 13 de abril de 2021 – Regulamenta a forma de comprovação da pres-tação de serviços advocatícios por advogados e so-ciedades de advogados.....	
1170	

# ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR - CONSULTA RÁPIDA

<b>LEIS</b>				
		5.889/1973 .....		573
		6.019/1974 .....		575
605/1949 .....	543	6.224/1975 .....		577
1.060/1950 .....	544	6.321/1976 .....		578
1.408/1951 .....	546	6.533/1978 .....		579
2.757/1956 .....	546	6.586/1978 .....		581
2.959/1956 .....	547	6.615/1978 .....		582
3.030/1956 .....	547	6.696/1979 .....		584
3.207/1957 .....	547	6.708/1979 .....		584
3.857/1960 .....	548	6.830/1980 .....		585
3.999/1961 .....	550	6.858/1980 .....		589
4.090/1962 .....	551	6.868/1980 .....		590
4.266/1963 .....	551	6.888/1980 .....		590
4.375/1964 .....	552	6.932/1981 .....		592
4.594/1964 .....	553	7.002/1982 .....		593
4.725/1965 .....	554	7.064/1982 .....		593
4.739/1965 .....	555	7.102/1983 .....		595
4.749/1965 .....	551	7.115/1983 .....		597
4.860/1965 .....	556	7.238/1984 .....		597
4.886/1965 .....	558	7.290/1984 .....		598
4.923/1965 .....	562	7.316/1985 .....		598
4.950-A/1966.....	564	7.347/1985 .....		598
5.584/1970 .....	545	7.377/1985 .....		600
5.725/1971 .....	569	7.394/1985 .....		601
5.764/1971 .....	569	7.410/1985 .....		604
5.811/1972 .....	572	7.418/1985 .....		605

7.498/1986 .....	606	9.609/1998 .....	749
7.627/1987 .....	610	9.615/1998 .....	751
7.644/1987 .....	610	9.674/1998 .....	762
7.701/1988 .....	612	9.696/1998 .....	763
7.716/1989 .....	613	9.715/1998 .....	765
7.783/1989 .....	615	9.719/1998 .....	766
7.853/1989 .....	616	9.800/1999 .....	851
7.998/1990 .....	622	9.867/1999 .....	852
8.009/1990 .....	626	9.962/2000 .....	853
8.019/1990 .....	627	9.983/2000 .....	854
8.036/1990 .....	628	10.101/2000 .....	855
8.069/1990 .....	648	10.192/2001 .....	857
8.073/1990 .....	649	10.220/2001 .....	858
8.177/1991 .....	649	10.224/2001 .....	858
8.178/1991 .....	653	10.555/2002 .....	867
8.212/1991 .....	655	10.556/2002 .....	867
8.213/1991 .....	674	10.741/2003 .....	868
8.352/1991 .....	696	10.770/2003 .....	870
8.406/1992 .....	698	10.779/2003 .....	870
8.437/1992 .....	698	10.803/2003 .....	874
8.542/1992 .....	699	10.820/2003 .....	874
8.632/1993 .....	699	10.833/2003 .....	879
8.662/1993 .....	704	11.033/2004 .....	880
8.678/1993 .....	707	11.101/2005 .....	883
8.716/1993 .....	707	11.324/2006 .....	916
8.745/1993 .....	707	11.340/2006 .....	916
8.844/1994 .....	710	11.350/2006 .....	917
8.852/1994 .....	710	11.417/2006 .....	952
8.856/1994 .....	712	11.419/2006 .....	953
8.906/1994 .....	712	11.476/2007 .....	955
8.984/1995 .....	715	11.491/2007 .....	956
9.029/1995 .....	715	11.648/2008 .....	962
9.093/1995 .....	716	11.685/2008 .....	963
9.279/1996 .....	716	11.699/2008 .....	975
9.307/1996 .....	734	11.760/2008 .....	975
9.424/1996 .....	741	11.770/2008 .....	976
9.469/1997 .....	744	11.788/2008 .....	976
9.494/1997 .....	746	11.889/2008 .....	979
9.504/1997 .....	746	11.901/2009 .....	980
9.507/1997 .....	747	12.009/2009 .....	981
9.601/1998 .....	748	12.016/2009 .....	981
9.608/1998 .....	749	12.023/2009 .....	983

12.198/2010 .....	984	13.985/2020 .....	1134
12.278/2010 .....	985	13.997/2020 .....	1135
12.288/2010 .....	985	14.010/2020 .....	1135
12.302/2010 .....	986	14.020/2020 .....	1136
12.319/2010 .....	987	14.038/2020 .....	1143
12.395/2011 .....	988	14.043/2020 .....	1143
12.436/2011 .....	989	14.047/2020 .....	1146
12.467/2011 .....	990	14.112/2020 .....	1151
12.468/2011 .....	990	14.128/2021 .....	1167
12.506/2011 .....	990	14.133/2021 .....	1168
12.591/2012 .....	991	14.151/2021 .....	1171
12.592/2012 .....	991	14.176/2021 .....	1172
12.690/2012 .....	569	14.179/2021 .....	1175
12.790/2013 .....	994	14.289/2022 .....	1268
12.815/2013 .....	994	14.297/2022 .....	1269
12.965/2014 .....	1003	14.311/2022 .....	1270
12.984/2014 .....	1007	14.457/2022 .....	1281
12.990/2014 .....	1007	14.597/2023 .....	1285
13.103/2015 .....	1010	14.600/2023 .....	1296
13.134/2015 .....	1019	14.611/2023 .....	1296
13.135/2015 .....	1020	14.682/2023 .....	1297
13.140/2015 .....	1020	14.683/2023 .....	1298
13.155/2015 .....	1037	14.725/2023 .....	1298
13.189/2015 .....	1045	14.786/2023 .....	1299
13.271/2016 .....	1047	14.821/2024 .....	1300
13.301/2016 .....	1050	14.824/2024 .....	1304
13.352/2016 .....	1057	14.831/2024 .....	1308
13.363/2016 .....	1057		
13.415/2017 .....	1059		
13.419/2017 .....	1061	<b>LEIS COMPLEMENTARES</b>	
13.420/2017 .....	1061		
13.429/2017 .....	1069	7/1970 .....	567
13.432/2017 .....	1070	8/1970 .....	568
13.475/2017 .....	1071	26/1975 .....	577
13.667/2018 .....	1079	75/1993 .....	701
13.709/2018 .....	1082	103/2000 .....	853
13.846/2019 .....	1102	110/2001 .....	859
13.872/2019 .....	1108	123/2006 .....	922
13.874/2019 .....	1109	146/2014 .....	1008
13.932/2019 .....	1127	150/2015 .....	1015
13.979/2020 .....	1129	155/2016 .....	1056

**DECRETOS**

80.281/1977 .....	593	491/2014 .....	1008
85.845/1981 .....	589	1/2016.....	1049
89.531/1984 .....	591	34/2021 .....	1176
92.530/1986.....	604	366/2024 .....	1309

92.790/1986 .....

601

94.406/1987 .....

608

99.684/1990 .....

639

1.480/1995 .....

716

2.067/1996 .....

738

3.048/1999 .....

767

3.298/1999 .....

618

3.914/2001 .....

861

4.552/2002 .....

863

4.840/2003 .....

877

5.113/2004 .....

647

6.481/2008 .....

964

8.424/2015 .....

871

8.426/2015 .....

1009

8.433/2015 .....

1012

8.989/2017 .....

1059

9.499/2018 .....

1093

9.579/2018 .....

1096

10.088/2019 .....

1119

10.854/2021 .....

1252

11.034/2022 .....

1270

11.864/2023 .....

1299

**DECRETO-LEI**

4.657/1942 .....	493	31/2007 .....	959
8.778/1946 .....	607	32/2007 .....	961
229/1967 .....	565	34/2009 .....	984
368/1968 .....	566	36/2012 .....	992
509/1969 .....	566	38/2015 .....	1042
691/1969 .....	567	39/2016 .....	1047
779/1969 .....	567	40/2016 .....	1049
		41/2018 .....	1081

2005/2021 .....	1154	1.889/2017 .....	1070
2/2021.....	1251	2.048/2018 .....	1101
		247/2019 .....	1112
		345/2020 .....	1148
		354/2020 .....	1149
1.276/2007 .....	960	288/2021 .....	1162
1.340/2009 .....	980	957/2022 .....	1272
1.418/2010 .....	987		
1/2015.....	1008		
525/2015 .....	1012		
2/2015.....	1036	Resolução Administrativa 1.937/2017 .....	1311
780/2015 .....	1042		
235/2016 .....	1051		
174/2016 .....	1052		
1.860/2016 .....	1058		
185/2017 .....	1061	Provimento CFOAB 204/2021.....	1170